



## Carapicus e badejos: leitores e escrita da nação

Renato Casimiro\*

---

**Resumo** – Neste ensaio, faz-se uma reflexão sobre alguns aspectos que, no Rio de Janeiro, entre as décadas de 1850 e 1880, tornaram possível o surgimento de um público leitor que, com práticas de leitura e experiências distintas, deu contornos singulares à circulação da escrita impressa, forjadora de uma identidade e de uma idéia de nação.

**Palavras-chave:** leitores; literatura; imprensa; nação; circulação da cultura; Rio de Janeiro.

---

*Ontem indo eu no meu bonde das tantas horas da tarde para (não digo o lugar), ao entrarmos no Largo da Carioca, costeamos outro bonde, que ia enfiar pela Rua de Gonçalves Dias. O condutor do meu bonde falou ao do outro para dizer que na viagem que fizera da estação do Largo do Machado até a cidade, trouxe um só passageiro.*

*Mas não contou assim, como aí fica; contou por estas palavras: “Que te dizia eu? Fiz uma viagem à toa; apenas pude apanhar um carapicu . . .” Aí está o que é o leitor: um carapicu este seu criado; carapicus os nossos amigos e inimigos. Aposto que não sabia desta? Carapicu. . . Como metáfora, é bonita; e podia ser pior. Boas noites.*

Machado de Assis

Pelo menos desde a segunda metade do século XVIII, ao contrário das demais cidades brasileiras, a cidade do Rio de Janeiro possuía uma população razoavelmente diversificada. A partir de 1808, com a chegada da Corte Portuguesa, na medida em que se desenvolviam atividades ligadas ao aparelho de Estado, ao comércio, às forças armadas e às atividades

liberais e religiosas, percebia-se o crescimento do setor médio desta população. A complexidade da sociedade, no entanto, acentua-se na proporção que ex-escravos, expulsos das atividades canaveiras decadentes, migram para os centros urbanos, empurrados rumo a atividades subalternas do comércio, da incipiente indústria, dos serviços urbanos e domésticos.

---

\* Mestre em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Atualmente é Coordenador de Publicações da Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: renatocasimiro@gmail.com.



Em 1817, pelo *Aviso Régio* de 18 de outubro, foi dado o privilégio para estabelecer a primeira linha de diligências: veículos de condução coletiva, “um meio termo entre a tartaruga e o boi” na descrição de Machado de Assis. Em 1835, havia sido inaugurada a travessia do Rio para Niterói, com barcas a vapor e, desde 1830, a cidade contava com um serviço de tálburis de aluguel. Os serviços de transporte da cidade intensificam-se, em 1860, com a inauguração da Estrada de Ferro Porto das Caixas à Raiz da Serra de Friburgo e, em 1862, com a Companhia Carris de Ferro, a tração animal é substituída por máquinas a vapor. Em 1868, acontece a inauguração da segunda linha de bondes da cidade, ligando a Rua do Ouvidor ao Largo do Machado; em 1869, tem início o serviço regular de trens até Cascadura. No ano seguinte, a linha passa ser servida por dois trens diários, iniciando o serviço de trens suburbanos da cidade. No mesmo ano entra em funcionamento a ligação do Largo de São Francisco de Paula ao Portão da Coroa (São Cristóvão). Em 1870, surge a ligação da Rua Gonçalves Dias até a extremidade da Praia de Botafogo, com um ramal para o bairro de Laranjeiras. Em 1873, surgem as linhas que ligam a Praça da Constituição (atual Tiradentes) à Vila Isabel, ao Andaraí e Engenho Novo. Em 1877, ano da morte de José de Alencar, dois carros de lotação de 28 passageiros chegam até o bairro de Santa Teresa.

Foi nesta cidade que um menino, então com seus onze anos de idade, “lia para sua boa mãe,

não somente as cartas e os jornais, como os volumes de uma diminuta livraria formada ao gosto do tempo”. As recordações de José de Alencar, 1951, servem bem de amostra do consumo de bens culturais no ambiente privado, na cidade do Rio de Janeiro, da primeira metade do século XIX. Sua biblioteca da infância possuía um “pequeno repertório romântico”, mas, desde a criação da *Imprensa Régia*, em 13 de maio de 1808, e, principalmente, com o fim do seu monopólio de impressão, em 1821, haveria uma variedade de títulos que abrangiam temas jurídicos, administrativos, científicos, filosóficos, moralistas, religiosos, históricos, além de arte e literatura. Havia, ainda, a importação de livros franceses, ingleses e portugueses que podiam ser encontrados tanto nas livrarias quanto na Real Biblioteca (atual Biblioteca Nacional). Quanto aos jornais, o pioneiro *Correio Brasiliense*, impresso na Inglaterra por Hipólito da Costa, não mais circulava em 1840,<sup>1</sup> mas desde 1808 havia o *Diário do Rio de Janeiro* e depois o *Jornal do Comércio* e a *Gazeta do Rio de Janeiro* que, em 1857, fez circular, sob a forma de folhetim, *O Guarani*, do já não mais menino José de Alencar.

Mais que isso, de 1833 a 1847 Martins Pena encenou vinte e oito peças. O teatro se consolidava aos poucos como um hábito de vida cultural pública, atingindo de tal forma a vida da cidade que permitiu a profissionalização de seus artífices. Além disso, surge na cidade uma série de eventos que tornarão o mundo das



ruas local de diversão e vida social: em 1837, o Circo Olímpico apresentou à cidade o primeiro elefante; no Hotel Pharoux, em 17 de janeiro de 1840, ocorreram as primeiras exposições de fotografias; o café concerto Alcazar, fundado em 1859, tornou-se ponto da vida boêmia; desde 1839 os jornais anunciavam orquestras para bailes e, em 1842, é fundada uma sociedade recreativa alemã, Germânia, com mesas de bilhar e outros jogos. O primeiro baile carnavalesco data de 1840 no Hotel Itália. Em 1868 existiam no Rio de Janeiro 14 sociedades recreativas; depois serão fundadas outras do gênero, como a Sumidades Carnavalescas, em 1850, Tenentes do Diabo, em 1858; os Fenianos e os Democráticos em 1867. A versão popular do carnaval, depois proibido, ocupa as ruas com o estruendo. Deste movimento, surgiam atividades profissionais ligadas ao lazer, principalmente músicos que, em grande número, são recrutados entre a população negra ou mestiça. Desses músicos, alguns são reconhecidos até hoje, como Joaquim Antônio da Silva Callado, compositor e flautista, muito popular no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX.

Foi, ainda, na cidade do Rio de Janeiro que se tornou possível o surgimento de um personagem que, na Europa, fizera sua aparição há, pelo menos, um século. Trata-se do Leitor Moderno que, segundo Chartier (2002), “A uma relação comunitária e respeitosa ao escrito, ele fez suceder uma leitura livre, individual e irreverente” (p. 108).

Este indivíduo certamente possui uma história e alguns autores, entre eles Le Goff (2003), apostam que, desde o século XIII, com as primeiras universidades e, por conseguinte, a necessidade de mais e mais manuscritos destinados a estudantes e professores, este tipo de leitor já se fazia percebido. Outros (Febvre & Jean-Martin, 1992) atribuem ao invento de Gutenberg a honra de ter tornado possível a multiplicação de textos que, por sua vez, é razão direta do aparecimento deste tipo de leitor que lida com inúmeros textos impressos, livros e panfletos, textos sagrados e profanos.

Talvez possamos localizá-lo em tempos mais remotos, mas, ao buscar seus rastros, é difícil não lembrarmos de certo leitor diante de um amontoado de livros e mais livros a imaginar aventuras e dorotéias. Em terras brasileiras, no entanto, sua aparição é bem mais recente e, em certa medida, confunde-se com o nascedouro da idéia de nação, fazendo com que suas histórias se cruzem em idas e vindas, proximidades e afastamentos, alianças e confrontos.

A partir de 1850, a interrupção do tráfico de escravos vindos da África promoveu a migração do capital antes empenhado naquela atividade para o comércio, setor financeiro e outras fontes de lucros e de caráter tipicamente urbano. Este quadro de intensas transformações e aparente pujança, no entanto, teria seus opositores e, em 1859, o relatório do ministro Ângelo Ferraz dava o tom da reação dos setores ligados ao latifúndio:

*Os costumes dos brasileiros, pela maior parte, eram simples no extremo. (...) de uma frugalidade exemplar. Não era possível que essa cobiça comercial, esse monstro corruptor, corrompesse por um coup de main os bens fundados em hábitos de séculos. (Apud Prado Jr., 1957 p. 87 e 88)*

Na década de 1850, surgiram, no Brasil, 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 8 de mineração, 3 de transportes urbanos, 2 de gás, 8 estradas de ferro. (Sodré, s/d, p. 266) Não é por simples coincidência cronológica que esse período de excepcional vitalidade nos negócios tenha ocorrido nos anos que se seguem imediatamente ao primeiro passo dado para a Abolição da Escravidão, ou seja, a supressão do tráfico negreiro. Ressalte-se, no entanto, que tal prosperidade se deu sob direção e em proveito de especuladores, geralmente sem raízes rurais. Estes mantinham o sempre lembrado argumento de crise econômica e perda de competitividade na exportação de produtos agrícolas, para adiar decisões que levassem à abolição do trabalho servil.

Atento a questões que, a seu ver, punham em risco os costumes, as finanças e, por conseguinte, o próprio Império, o *Relatório Ferraz*, de fato, parece “um desafogo do espírito conservador” – como o denominou Joaquim Nabuco – uma vez que, se tratava de uma tentativa de preservar as instituições econômicas e culturais que, para os gestores

econômicos ligados ao latifúndio, deveriam permanecer fiéis à tradição escravista, agrária e exportadora.

*Antes bons negros da costa da África para cultivar os nossos campos férteis do que todas as tetéias da Rua do Ouvidor, do que vestidos de um conto e quinhentos mil-réis, para as nossas mulheres; do que laranjas a quatro vinténs cada uma em um país que as produz quase espontaneamente, do que milho e arroz, e quase tudo que se necessita para o sustento da vida humana, do estrangeiro; do que finalmente empresas mal-avisadas, muito além das legítimas forças do país, as quais perturbando as relações da sociedade, produzindo uma deslocação de trabalho, têm promovido mais que tudo a escassez e alto preço de todos os víveres. (Apud Prado Jr., 1957 p. 87 e 88)*

Sem dúvida, o *Relatório Ferraz* é um precioso documento dos impasses vivenciados pela economia brasileira, mas dele, pretendo tão somente extrair traços de um ambiente sob o governo do Imperador Pedro II e que serviu de berço para o leitor moderno brasileiro. Este ensaio é, antes de mais nada, um esforço de tentar compreendê-lo e, ainda, um pouco menos que isso, uma tentativa de dizer de uma paixão pelos livros e pela aventura de lê-los.

Para isso, retomo uma crônica de Machado de Assis publicada originalmente em 29 de julho de 1888 na série *Bons Dias* da *Gazeta de Notícias*. Nela, o autor narra a conversa entre dois condutores de bonde. “Fiz uma viagem à toa, apenas pude apanhar uns carapicus”. (Assis, 1985, p. 499) O cronista e viajante do,



então, símbolo das modernizações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, em outra oportunidade, já manifestava sua insatisfação com a “chaga da pescaria”:

*Assim, entre o Largo do Machado e a Glória a pescaria é uma verdadeira amolação, cada bonde desce a passo lento, a olhar para um e outro lado, a catar um passageiro ao longe. Às vezes o passageiro aponta na Praia do Flamengo, o bonde, polido e generoso, suspende passo, cochila, toma uma pitada, dá dois dedos de conversa, apanha o passageiro, e segue o fadário até a seguinte esquina onde repete a mesma lengalenga.*  
(Assis, 1985, p. 363)

O “bruxo alusivo e zombeteiro” concluiria: “Aí está o que é o leitor: um carapicu este seu criado; carapicus os nossos amigos e inimigos. Aposto que não sabia desta? Carapicu. Como metáfora, é bonita; e podia ser pior. Boas noites”.

Em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, publicado originalmente na *Revista Brasileira*, em 1880, o autor supunha seus leitores *frívolos* ou *graves* e parecia não ter grandes expectativas: “Acresce que a gente grave achará no livro umas aparências de puro romance, ao passo que a gente frívola não achará nele o seu romance usual” – escreve Machado ao leitor, quando na aparição em livro, em 1881, das memórias de um defunto que escreve com a “pena da galhofa e a tinta da melancolia”.

Barthes (1973) também supõe diferentes possibilidades de práticas leituras:

*(...) uma vai direta às articulações da anedota, considera a extensão do texto, ignora os jogos de linguagem; a outra não deixa passar nada, pondera, adere ao texto, lê, se assim podemos dizer, com aplicação e arrebatamento, capta em cada ponto do texto o assíndeto que corta as linguagens.*  
(p. 46 e 47)

Parece haver muitas formas de classificar leitores e leituras. Roger Chartier, em diversos de seus textos, fala-nos de um tipo de leitura intensiva, inserida num universo reduzido de leitores que tem a sua disposição um também reduzido universo de textos, um tipo de leitor que marcou toda a Idade Média e que teria sido praticada, sobretudo, nas instituições monásticas, onde os textos eram memorizados e transmitidos por gerações. Opondo-se a esta, haveria uma outra que, ao contrário, seria laica e sustentada por um grande número de leitores e textos: a leitura extensiva.

Calvino (1999), por sua vez descreve a aventura de um leitor em busca de seu livro. É preciso abrir caminho “através da densa barreira” de inumeráveis livros distribuídos por “hectares e mais hectares”. São livros não lidos; livros de leitura dispensável; livros que a leitura pode ser adiada; e outros tantos.

Inspirado pela metáfora do *leitor carapicu* – peixe miúdo e de pequeno valor comercial –, creio ser proveitoso, opô-la a uma outra. Ao contrário, apontaria para o leitor nobre; freqüentador de águas frias e profundas, dotado de alto valor comercial e simbólico: o *leitor badejo*.



Por outro lado, quando leitores e suas diferentes subjetividades, experiências e práticas encontram-se e estes com o texto, um livro, por exemplo, é como um encontro de amor. Nem sempre é um encontro para a eternidade, mas este amor pode ser infinito enquanto dura (a leitura).

Encontrar um amor ou um livro desejado, no entanto, nem sempre é tarefa fácil. O amor tem lá seus desenganos e, quanto aos livros, quando encontramos o desejado, ele pode, por exemplo, estar além de nossas possibilidades financeiras, com defeitos de encadernação ou repleto de equívocos tipográficos. As apropriações e pilhagens jamais foram raras no amor e na cultura dos homens; não são raros os amores e os textos que previstos a uns caíram em mãos de outros, fosse por necessidade, desejo ou subversão à ordem. Todavia, quando se encontram, leitores e texto, isso pode surpreender e promover transformações, nos leitores, no texto e no contexto de leitores, amantes e textos. Talvez por isso muitas vezes ler e, também, amar se tornam atividades perigosas demais: sabem disso os quixotes, as bovaris, os policarpus e as madalenas, entre outros, e para estes leitores dedico este ensaio.

\* \* \*

Em 1852, Manuel Antônio de Almeida iniciava em folhetins semanais do *Correio Mercantil* as suas *Memórias de um Sargento de Milícias*. Informa Mário de Andrade (1963)

que o menino Maneco Almeida nascera na cidade do Rio de Janeiro em 17 de novembro de 1831, sendo de família muito pobre e que, por isso, não teria obtido uma educação aos moldes da que recebiam os filhos das famílias mais abastadas. Apesar disso, formou-se em medicina, embora tenha abraçado o jornalismo e depois buscado abrigo mais seguro no serviço público.

Três décadas após, em 1881, quando da edição em livro de *Memórias Póstumas*, já se tinham notícias de que apenas algo em torno de 20% da população brasileira era alfabetizada; na Corte, um pouco mais, 37%. O prólogo que Machado de Assis assina para as memórias do defunto Brás Cubas é a constatação de que o autor escreve para poucos abnegados: “Dez? Talvez cinco” – dirá Machado.

Pouco há de comum entre as memórias de Leonardo, que se tornara sargento depois de uma vida errante entre gente do povo, e as de um defunto que vivera toda vida como rentista e cortesão. A leitura destas duas memórias, no entanto, permitem uma arqueologia das condições da escrita no Brasil e do ambiente cultural que serviu de nascedouro para o leitor moderno brasileiro.

As livrarias (instalações comerciais que vendiam uma série de quinilhões e alguns livros), em 1801, eram duas apenas; em 1850, doze e, no final do século, contavam-se 45 delas. Também não se deve desprezar o empenho do Imperador Pedro II, conhecido mecenas oficial que oferecia bolsas de estudo, viagens ao



exterior, sinecuras, edições de livros, subsídios e ofertas de comendas que serviam para realçar o prestígio do autor junto ao público. Apesar disso, a pena de Machado de Assis não deixava dúvida quanto à contradição de se pretender imprimir no país uma escrita própria, uma literatura nacional: eram poucos os leitores, “Nem cinqüenta, nem vinte, e quando muito, dez. Dez? Talvez cinco”, fossem carapicus ou badejos.

Em abril de 1858, o jornal de Paula Brito, *A Marmota*, inicia uma série de reflexões – *O passado, o presente e o futuro da literatura* – que tem por foco as relações entre circulação da cultura através da escrita de expressão artística (literatura) e a formação e consolidação de uma nação soberana (política): “A política elevando as cabeças eminentes da literatura, e a poesia santificando com suas inspirações atrevidas as vítimas das agitações revolucionárias”. (Assis, 1985, p. 785-789)

Mais adiante, no mesmo ensaio, dizendo dos momentos seguintes à Independência, o crítico afirma que dois troncos se apresentavam à D. Pedro I: “um cheio de tradições e glórias; o outro, apenas saído das mãos do povo, não tinha passado, e fortificava-se só com uma esperança no futuro”. O Brasil independente seria a expressão da juventude, a ele estaria reservado um porvir. A política havia feito a sua parte – o “*fiat político*” – e tornado o país independente de Portugal, um reino “cheio de tradições e glórias”. Quanto à literatura, faltava a emancipação, pois

permanecia presa aos padrões europeus: “Para esta não há gritos de Ipiranga; as modificações operam-se vagarosamente; e não se chega em um só momento a um resultado”.

Haveria um esforço para se incluir o Brasil no seleto clube das nações civilizadas, sobretudo as européias, e, ainda, a jovem nação norte-americana. Isto significava consolidar uma identidade nacional. E a literatura, a cultura escrita difundida entre cidadãos, era vista como instrumento fundamental para o reconhecimento de uma nacionalidade, de uma modernização, de um progresso. O país havia alcançado a sua soberania política, o “*fiat político*”, e o mesmo não teria ocorrido com a literatura. “Para esta não há gritos de Ipiranga; as modificações operam-se vagarosamente; e não se chega em um só momento a um resultado”; e a escassez de público leitor era mais que um impasse, era um grande obstáculo a tal projeto.

Num primeiro momento, atribuía-se a preferência pelas obras estrangeiras, sobretudo portuguesas, francesas e inglesas, que abarrotavam livrarias e faziam o deleite de leitores dos folhetins. Nesse quadro, algumas questões pareciam mais que um desafio: como fazer nascer o leitor moderno, carapicus ou badejos? Como fazer literatura? Como formar cidadãos, fazer existir um povo, uma nação?

Além disso, as poucas tipografias então existentes se limitavam a imprimir folhetos políticos e manuais de devoção. Ter a pena como um instrumento de difusão de uma arte

autônoma era, portanto, atividade de pouco interesse, sendo quase que exclusiva de alguns poucos estudantes ou recém formados dos cursos de direito de Recife ou São Paulo e das academias da Corte. Em sua maioria eram jovens de famílias endinheiradas que podiam pagar pela publicação de seus poemas, novelas ou peças teatrais. Tal quadro de escasso dinamismo estimulava o fenômeno que Machado denominava “fancaria literária”, o talento curvado à vaidade, à bajulação, ao dinheiro, à mesquinha.

Compondo o cenário da cidade, no outro extremo do mundo cortesão, as memórias de Leonardo – filho de um português que veio a ser meirinho na corte de D. João – narram uma cidade dominada por fados, modinhas, lundus, animando patuscadas na periferia da corte joanina e que, por isso, eram quase sempre interrompidas pelas forças da ordem, comandadas pelo Major Vidigal. Filho do meirinho Leonardo Pataca com a quitandeira Maria da Hortaliça, Leonardo fora batizado pela própria parteira e por um vizinho barbeiro. Com a separação dos pais, Leonardo foi posto para fora de casa com um pontapé. Naquela ocasião, o menino tinha sete anos de idade e enquanto seus pais trocavam insultos e sopapos, assistia à cena “com inabalável sangue-frio” e “ocupava-se em rasgar as folhas dos autos (que o pai) tinha largado ao entrar”. A escrita, tantas vezes saudada como sagrada, foi transformada em simples papel, servindo de brinquedo nas mãos do menino. Eram papéis da administração

pública, mas, nas *Memórias de um Sargento de Milícias*, o ambiente de descaso com o mundo da escrita não se limitaria a este gesto.

Vencida a primeira metade do século, no entanto, algo no país anunciava novas transformações e, nos últimos dias de 1858, os empregados do serviço da companhia inglesa de gás haviam ameaçado deixar a cidade às escuras. Mais que isso, no dia 09 de janeiro de 1959, o *Diário do Rio de Janeiro* trazia a manchete: “Ontem foi preciso convencer os trabalhadores do serviço de gás, hoje é necessário conter os gráficos.” (Koval, 1968, p. 73) De fato, no dia seguinte, os grandes jornais da cidade – o próprio *Diário do Rio de Janeiro*, o *Jornal do Comércio* e o *Correio Mercantil* – não foram impressos no lugar deles, os trabalhadores gráficos faziam circular o *Jornal dos Tipógrafos* que, no seu número 14, informava seu propósito: “lutar contra a opressão e a exploração do homem pelo homem.” (Idem, p. 74)

A greve dos gráficos era indício de que algo se movia além dos tálburis e dos bondes recém implantados. Um setor sempre esquecido da população parecia também querer fazer parte da jovem nação brasileira. A idéia de que uma nação precisava produzir uma escrita administrativa e literária se consolidava nos setores de elite,<sup>2</sup> mas as camadas populares, apartadas de qualquer política de escolarização, pareciam ter outros critérios. Elite e setores populares, provavelmente, desejavam a consolidação e a modernização da nação brasileira, mas



possuíam idéias opostas do que isso poderia significar. A sociedade escravista não previa em seu projeto a inclusão de uma massa de africanos *desafricanizados*, de europeus *deseuropeizados* e de índios *destribilizados*.

O movimento dos gráficos não teria sido suficiente para abalar as sólidas estruturas de uma sociedade excludente e que tinha como sustentação a força do latifúndio agroexportador e do grande capital estrangeiro. Teria, talvez, reforçado os argumentos dos que, a exemplo do Ministro Ferraz, combatiam mesmo as poucas concessões liberalizantes. Por outro lado, entre galhofas e melancolias, os setores médios da população, estivessem abrigados nas redações dos jornais ou transitando pelos salões elegantes da Corte, ainda que, pudessem vislumbrar possíveis modernizações, seriam por demais frágeis e sem qualquer autonomia para alterar o quadro de desequilíbrio que definia o poder dos barões da cafeicultura, dos financeiros e rentistas.

As memórias do defunto Brás Cubas também podem ser lidas como um retrato da fragilidade desses setores. Brás Cubas, ao contrário do Sargento Leonardo, embarcou para Coimbra, por imposição do pai, que também tinha sonhos. “Talvez naturalista, literato, arqueólogo, banqueiro, político ou até bispo”. (Machado, s/d, p. 71) Machado e sua pena não teriam poupado ironia aos que podiam sonhar mais alto e descrevem um ambiente em que, também entre os que se situavam mais próximos dos círculos endinheirados, a escrita podia ser uma mera brincadeira:

*Tinha eu [Brás Cubas] conquistado em Coimbra uma grande nomeada de folião; era um acadêmico estróina, superficial, tumultuário e petulante, dado às aventuras, fazendo romantismo prático e liberalismo teórico.* (Machado, s/d, p. 63)

Haveria um desejo de transpor o país da periferia do capitalismo para a proximidade dos centros hegemônicos. A crença no progresso, na livre circulação das idéias e das mercadorias apontava para dois universalismos: liberalismo e iluminismo. A elite governante – simbolizada na figura de um monarca esclarecido e dado ao mecenato –, por sua vez, acalentava o desejo de fazer do Brasil uma grande nação unificada e sintonizada com as grandes transformações políticas, técnicas, científicas e econômicas que se passavam na Europa. A manutenção do sistema escravista, o analfabetismo, a dependência dos grandes capitais estrangeiros – sobretudo inglês – e a força do latifúndio, no entanto, faziam crer que o passado colonial era uma herança que obstaculizava tal projeto.

Apesar de constituir uma sociedade razoavelmente complexa, o isolamento entre grupos confinados em ambientes distintos impossibilitaria que movimentos como a greve dos gráficos de 1859 e outros tantos que vieram à tona durante o Segundo Reinado tivessem força suficiente para desmontar as heranças do colonialismo. Por outro lado, este mesmo isolamento impedia, de fato, a construção de uma identidade nacional, de uma literatura que espelhasse a própria complexidade social, uma



cultura construtora de um sentido de pertencimento, de uma cidadania, enfim, instrumentos que, acreditava-se, seriam fundamentais para a consolidação do país enquanto nação soberana, sintonizada com os processos modernizadores e com o progresso.

Em crônica publicada em 15 de setembro de 1876, Machado supõe um diálogo com o algarismo que informa o resultado do censo.

*- Quando uma Constituição livre pôs nas mãos de um povo o seu destino, força é que este povo caminhe para o futuro com as bandeiras do progresso desfraldadas. A soberania nacional reside nas Câmaras; as Câmaras são a representação nacional. A opinião pública deste país é o magistrado último, o supremo tribunal dos homens e das coisas. Peço à nação que decida entre mim e o Sr. Fidélis Teles de Meireles Queles; ela possui nas mãos o direito a todos superior a todos os direitos.*

*A isto responderá o algarismo com a maior simplicidade:*

*- A nação não sabe ler. Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler; desses uns 9% não lêem letra de mão. 70% jazem em profunda ignorância. Não saber ler é ignorar o Sr. Meireles Queles; é não saber o que ele vale, o que ele pensa, o que ele quer, nem se realmente pode querer ou pensar. 70% dos cidadãos votam do mesmo modo que respiram: sem saber porquê nem o quê. Votam como vão à festa da Penha, - por divertimento. A Constituição é para eles uma coisa inteiramente desconhecida. Estão prontos para tudo: uma revolução ou um golpe de Estado.*

*Replico eu:*

*- Mas, Sr. Algarismo, creio que as instituições...*

*- As instituições existem, mas por e para 30% dos cidadãos. Proponho uma reforma no estilo político. Não se deve dizer: "consultar a nação, representantes da nação, os poderes da nação"; mas; "consultar os 30%, representantes dos 30%, poderes dos 30%". A opinião pública é uma metáfora sem base; há só a opinião dos 30%. Um deputado que disser na Câmara: "Sr. Presidente, falo deste modo porque os 30% nos ouvem..." dirá uma coisa extremamente sensata.*

*E eu não sei que se possa dizer ao algarismo, se ele falar desse modo, porque nós não temos base segura para os nossos discursos e ele tem o recenseamento. (Machado, s/d, p. 344-345)*

Talvez confiando nas conclusões dos algarismos, o biólogo francês que ensinava no Rio de Janeiro, Louis Couty, em 1881, publicou um livro intitulado *A escravidão no Brasil*, em que afirmava: "O Brasil não tem povo". (Apud Carvalho, 2004, p. 64-65). Sua radicalidade vinha da percepção de que o topo da pirâmide social brasileira era constituído de 200 mil proprietários e profissionais liberais, a classe dirigente. Nos demais setores da população, existiriam uns 12 milhões de habitantes, sendo que, ele admitia haver uns dois milhões e meio de índios e escravos, classificados como excluídos da sociedade política, e outros seis milhões que "nascem, vegetam e morrem sem



ter servido ao país” – agregados, caipiras, capangas, capoeiras, beberrões –, e outros dois milhões, distribuídos em variadas ocupações: comerciantes, funcionários, criados, artesãos. (*Id. Ib.*)

O biólogo e o algarismo pareciam ecoar vozes dos antigos viajantes que estiveram no Rio de Janeiro durante os séculos XVII e XVIII e que diziam de uma terra iletrada e de um povo inculto entregue a cânticos e à dança.<sup>3</sup> Pareciam também concordar que, diante da ausência de uma sociedade politicamente organizada, de uma opinião pública ativa, de um eleitorado amplo e esclarecido, seria impossível a consolidação de uma nação. É possível, no entanto, que o algarismo e o biólogo supusessem que “manifestação política adequada” fosse tão somente aquela que se dá dentro dos limites previstos pelo sistema legal, sobretudo o uso do direito do voto. Todavia, uma interpretação mais generosa e menos sectária da vida política de países como o Brasil exigiria a consideração de outras modalidades de participação, menos formalizadas, externas aos mecanismos legais de representação.

*É preciso também verificar em que medida, mesmo na ausência de um povo político organizado, existiria um sentimento, ainda que difuso, de identidade nacional. Esse sentimento (...) acompanha quase sempre a expansão da cidadania, embora não se confunda com ela. Ele é uma espécie de complemento, às vezes mesmo uma compensação, da cidadania vista como exercício de direitos.* (Carvalho, 2001)

Algarismo e biólogo talvez não tenham percebido que, na impossibilidade de se inserirem na sociedade por meios privilegiados pelos grupos hegemônicos, os grupos apartados das decisões políticas optam e estabelecem formas próprias de participação.

Pois bem, o dia 1º de janeiro de 1880 amanhecera calmo como tantos outros teriam sido até então, porém, uma incerteza mantinha em prontidão as autoridades responsáveis pela manutenção da ordem. Por volta do meio dia, o que era incerteza se tornou fato. Quatro mil moradores da cidade do Rio de Janeiro se moviam numa passeata de protestos.

Aprovado pelo parlamento em outubro do ano anterior, o imposto sobre as passagens de bonde foi rejeitado pelos moradores da cidade do Rio de Janeiro e tornou-se principal assunto das esquinas, dos cafés, das mesas das confeitarias, das rodas de conversa. Pululavam críticas nos jornais e os ataques de Lopes Trovão eram apenas os mais ruidosos. *O Motim do Vintém*, (Graham, 1991) como ficou conhecido o episódio de 1º de janeiro de 1880, certamente não se tratava de uma nova comuna, mas o pavor dos acontecimentos de dez anos antes, em Paris, fazia tremer liberais e conservadores.

Excetuando os líderes, entre eles Lopes Trovão, a história não registra os nomes dos participantes da passeata: era tão somente a multidão. Talvez por isso, o Imperador não tenha recebido os manifestantes, ao contrário, colocou à frente deles as forças de repressão.



Afinal, parecia claro aos governantes que o grande público podia ser espectador ou, os mais esclarecidos, proceder como comentarista, jamais como ator. O resultado disso foram dois manifestantes mortos, classificados pelas autoridades policiais como “imigrantes desordeiros, procurados pela polícia”.

Num artigo publicado na *Gazeta de Notícias* do dia seguinte à passeata, Lopes Trovão declarava: “O povo não voltava uma vez que fecharam-lhe da primeira vez as portas do palácio”. Foi uma resposta ao tardio convite de Pedro II para receber uma delegação dos manifestantes. “A polícia se intrometeu entre o povo e o imperador” – justificava a negativa. Mudou a tática do *povo*: as lideranças do movimento distribuíram panfletos convocando um comício para aquele dia, no Largo do Paço. Se antes as vozes se dirigiam ao Imperador, elas agora falariam para o público. O governo imperial não percebera que, já naquele instante, a população da periferia das decisões políticas estava escrevendo o texto da cidade. Aqueles manifestantes não queriam mais apenas o papel de multidão, mas também de autores de uma escrita da cidade, reivindicavam cidadania, independente de fazerem parte ou não da minoria alfabetizada.

Dois dias após aqueles acontecimentos, uma reunião realizada na Rua do Carmo, em casa do senador José Inácio Silveira da Mota, reunindo diversos outros homens do parlamento, pode ser entendida como uma demonstração de que os estilhaços das ruas atingiram ilustres figuras

da capital do Império. O conservador *Jornal do Comércio*, no dia seguinte à reunião, dá o tom de suas preocupações: “o silêncio em face dos acontecimentos recentes seria uma violação dos deveres que mantinham em relação à população”. Aqueles respeitáveis deputados e senadores percebiam que tinham de assumir o “dever de conduzir a população”, afinal eram eles, e não os amotinados, que detinham a pena para prescrever o texto do país.

Otto Von Bismarck – diz Hobsbawm – teria manifestado sua fama de estrategista e declarado que “se é para haver uma revolução, é melhor nós a fazermos do que sermos suas vítimas”. (*Apud* Hodsbaum, 1996, p. 52) O Motim do Vintém estava longe de anunciar revoluções; foi tão somente uma manifestação de descontentamento com mais um imposto, inseriram ao texto bacharelesco a “escrita” suja dos homens e mulheres iletrados ou precariamente escolarizados. A multidão, ainda fragilmente organizada, passou a fazer parte do jogo antes denominado somente pela classe política e culturalmente dominante. A voz das ruas havia se interposto entre as forças que se debatiam pela conquista de posições no cenário político do país. Pedro II e o próprio sistema monárquico teriam sido postos em dúvida pelos manifestantes; embora tivessem de esperar por longos oito anos, acrescentariam uma outra caligrafia nos discursos da Abolição e, depois, da República.

Pode parecer exagero, afinal, na historiografia tradicional, os grandes aconte-



cimentos políticos aparecem como realizações de indivíduos e grupos de elite. “Antes tu” – teria dito Dom João VI a seu filho Pedro, quando da Independência de 1822. Naqueles acontecimentos que alguns teriam preferido apagar da história, tais como os movimentos populares da Bahia e do Recife, entre outros. Da mesma forma, a Abolição, muitas vezes, tem sido conferida à generosidade de uma princesa ou, quando muito, aos desacordos entre elites financeiras e latifundiárias e a República gestada, somente, na oratória do parlamento.

\* \* \*

No Rio de Janeiro desde os tempos coloniais, entre os setores populares, a música, as modinhas, as trovas, as danças, os folguedos, as patuscadas e festas das mais diversas faziam parte de uma forma de convívio, servindo tanto ao entretenimento, à troca de experiências e vivências, como às manifestações políticas. Numa sociedade de extrema desigualdade – em seus aspectos econômicos, políticos e culturais – é razoável que setores excluídos das formas dominantes de expressão encontrem suas próprias linguagens, seus próprios mecanismos de participação na vida social. A escrita, valorizada pelos setores dominantes, pela elite intelectual, pelos grupos que cultivavam a erudição, ao ter seu acesso restrito aos grupos favorecidos, nos setores populares perde seu lugar de centralidade para outras formas de expressão.

Além disso, apesar de a Constituição de 1824, em seu artigo 179, alínea XXXII, garantir a “instrução primária e gratuita a todos os cidadãos”, isso jamais se tornou realidade; e o que podia ser intenção se tornou letra morta. Quase cem anos depois, os algarismos do censo de 1920 informavam que, no Brasil, dos 30 milhões de habitantes, apenas 24% sabiam ler e escrever. Isso não teria impedido, no entanto, a ampliação do mercado de livros, jornais e revistas para além das elegantes lojas da Rua do Ouvidor.

Em 1880, Paula Brito não mais atendia na cidade, o comércio de livros se tornara domínio de estrangeiros: Garnier (francês), Francisco Alves (português), os Laemmert (alemães). Em 1879, no entanto, o fluminense Pedro da Silva Quaresma, vislumbrando um mercado desprezado por seus concorrentes, comprara a Livraria do Povo, instalada na Rua São José. Quaresma parece ter percebido a existência de um público que estava sendo ignorado, não só pela classe política, mas também por seus concorrentes. Talvez tenha percebido que o fundo editorial até então constituído pelos editores em atividade no país, principalmente no Rio de Janeiro, não dava conta dos anseios de uma parte significativa de leitores. É possível, também, que o interesse de Quaresma nesta fatia esquecida de consumidores se devesse, tão somente, ao desejo de conquistar uma posição privilegiada dentre seus concorrentes. Afinal, o que uma dada sociedade estabelece como memória legítima, como acervo editorial,



patrimônio cultural, narrativa histórica, é resultado das alianças ou embates entre as forças socialmente atuantes e que disputam uma hegemonia política, econômica e cultural em um determinado lugar e momento situado na história.

Já em 1859, Machado de Assis, em artigo publicado no *Correio Mercantil*, nos dias 10 e 12 de janeiro, indagava se o jornal – veículo que, então, no Brasil, adquiria popularidade – suplantaria o livro: “O jornal matará o livro? O livro absorverá o jornal?”. (Assis, 1985, p. 943-948) Em 1872, Luis Guimarães Junior – um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, onde ocupou a cadeira número 31 – observava que a leitura atenta e dedicada contrastava com a dinâmica do mundo dos negócios. Mesmo aquela mais voltada para a distração – acrescentava – esbarrava com os afazeres da vida moderna:

*(...) na sociedade ativa, industriosa, revolucionária do tempo presente, uma tal ou qual tendência para esses escritos rápidos, que se devoram entre uma fumaça e um gole de chá, sem que o leitor perca a hora das suas transações na praça e a leitora as recatadas crenças que pernoitam à sua cabeceira. (Apud Machado, 2001)*

O mesmo Machado de Assis, em 1880, fez imprimir as opiniões de seu defunto Brás Cubas sobre as novas formas de ler que pareciam se impor às formas tradicionais:

*Às vezes, esqueço-me a escrever, e a pena vai comendo papel, com grave prejuízo meu, que sou autor. Capítulos compridos quadram melhor a leitores pesados; e nós*

*não somos um público in-fólio, mas in-12, pouco texto, larga margem, tipo elegante, corte dourado e vinbetas (...) Principalmente vinbetas (...) Não, não alonguemos o capítulo. (Assis, s/d, p. 76)*

No mesmo romance, mais adiante, o narrador diz estar arrependido de ter começado a escrever as suas *Memórias* e culpava o leitor por isso:

*(...) o maior defeito deste livro és tu, leitor. Tu tens pressa de envelbecer, e o livro anda devagar; tu amas a narração direta e nutrida, o estilo regular e fluente, e este livro e o meu estilo são como os ébrios, guinam à direita e à esquerda, andam e param, resmungam, urram, gargalham, ameaçam o céu, escorregam e caem. (Assis, s/d, p. 195)*

Parecia haver, naquele momento, uma percepção de que, no Brasil da segunda metade do século XIX, já não haveria ambiente propício para a leitura tradicional. Ainda que fossem, cinco, dez ou um pouco mais, os leitores, fossem “carapicus” ou “badejos”, populares ou eruditos, buscassem um passatempo ou os apostolados, estavam em processo de mutação e os textos precisavam se adaptar àquela nova realidade. Isso podia significar a promoção de um novo estilo de escrita, menos rebuscada, menos retórica, passando a exigir menor esforço do leitor.

Além disso, a própria materialidade do texto deveria incluir recursos técnicos que facilitassem a leitura. O formato dos livros, o corpo dos tipos e as ilustrações deveriam estar a serviço de



uma leitura mais rápida e até superficial. O leitor não mais se debruçava sobre um pequeno acervo de textos guardados *in-folio*, manuscritos ou impressos, lendo-os e relendo-os exaustivamente, memorizando-os, extraindo suas minúcias e anotando suas impressões e reparos.

Os editores, seguindo o exemplo da *Livreria do Povo*, de Pedro Quaresma, não tardaram em perceber tais mudanças nas práticas de leitura e colocavam à disposição dos leitores uma infinidade de textos espalhados entre jardins repletos de páginas e páginas de livros, jornais e revistas. Tal um beija-flor, esse leitor moderno, esse leitor extensivo, saltitava entre um texto e outro, uma passagem e outra, um suporte e outro. Cada vez mais, a objetividade dos conteúdos se tornava mais atraente do que as filigranas lingüísticas, as descrições exaustivas, as esgrimas elegantes da linguagem. Cada vez mais, os indivíduos, antes apartados do mundo da escrita, por meio de estratégias as mais diversas, também se apropriavam do impresso e nele deixavam suas impressões e sentidos. Esse novo leitor fazia com que o ato de ler se transferisse do *scriptorium* para a sala de estar, do gabinete para o quarto de dormir, da biblioteca do rei para as bibliotecas públicas, do centro para a periferia, locais de trabalho, bancos de praça, cafés, bondes e estações de trem. A leitura tornava-se um ato público.

Para esses leitores, o livro deveria ser algo que tivesse mobilidade e, portanto, formatos

menores, mais leves, mais portáteis e até mesmo mais efêmeros (como os jornais diários e as edições baratas) seriam bem mais propícios do que aqueles destinados aos templos. A rigidez da escrita adquiria a flexibilidade do papel e a *portatibilidade* possível de ser carregada no bolso ou sob as axilas.

Penso que todo sistema de classificação se pretende lógico e, possui o objetivo de compreensão da natureza e da vida social. Desconfio, no entanto, que toda classificação se pretende também organizadora dos sentidos e se mantém calçada numa classificação prévia dos homens, hierarquizando-os em classes sociais, escolares, etárias, de gênero, de nacionalidade etc. Tais esquemas, ao que suponho, estariam ligados a uma tradição de partilha que, como a define Jacques Rancière (2005, p. 15) fixa, ao mesmo tempo, “um comum partilhado e partes exclusivas”. Neste sentido, ao resgatar a metáfora machadiana do carapicu e contrapô-la a uma outra, o badejo, pretendo tão somente me dedicar ao esforço de superar tais esquemas, identificando o que neles persiste como vocação ou simples discurso gerador de exclusão social e cultural. E cito mais uma vez Jacques Rancière.

*Essa partição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns outros tomam parte nessa partilha. (p.15)*

Penso que ao se estabelecer distinções entre receptores de bens simbólicos, tal com os de



bens materiais, o que se pretende é estabelecer uma rigidez no controle e na manutenção do “tempo de homens partidos”, perpetuando desigualdades que não se fundam no indivíduo ou na sua subjetividade, mas sim na objetividade de uma ideologia que reforça métodos de opressão e controle.

O processo de constituição, no Brasil, do leitor moderno e de um público leitor, de um mercado para a escrita impressa, certamente, não se encerrou no aparecimento da livraria de Quaresma, assim como a constituição de uma cidadania não teve como clímax a Revolta do Vintém. É preciso considerar que, assim como ler é um ato que pode conter idas e vindas num sentido ou noutro, a história dos homens e

mulheres leitores e cidadãos, receptores e produtores de sentidos, também não se dá sem acidentes, avanços e recuos, tropeços e solavancos. Esta história é movida, também, pelo embate entre interpretações distintas de um universo de textos escritos ou não, pelas leituras, impressões e sentidos produzidos por homens e mulheres. No Brasil do segundo reinado, os leitores, carapicus ou badejos, entre as décadas de 1850 e 1880, entre memórias, greves e motins, de alguma forma, deixaram suas impressões e sentidos na escrita de autores que pretenderam, com suas penas, construir uma literatura nacional. Aqueles homens e aquelas mulheres de uma sociedade excludente se impuseram como cidadãos e com seus gestos e suas vozes estavam escrevendo a história.

## Referências bibliográficas

- ABREU, Márcia. *Os caminhos do livro*. Campinas: Mercado de Letras ALB; São Paulo: Fapesp, 2003.
- ABREU, Márcia. SCHAPOCNICK, Nelson (Orgs.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado de Letras ALB; São Paulo: Fapesp, 2005.
- ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. Obras Completas, v.1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.
- ALMEIDA, Manuel Antonio de. *Memórias de um Sargento de Milícias*. Brasília: EdUnB, 1963.
- ARMITAGE, John. *História do Brasil: desde a chegada da Família de Bragança, em 1808, até a Abdicação de D. Pedro I, em 1831*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1981.
- ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Garnier, [s/d].
- \_\_\_\_\_. *Obras Completas*. Crônicas. Rio de Janeiro: W.M. Jackson Editores, [s/d], v.1.
- \_\_\_\_\_. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985.
- AZEVEDO, Fernando. *A cultura Brasileira*. Brasília: EdUnB, 1963.
- BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. Lisboa: Edições 70, 1973.
- CALVINO, Italo. *Se um viajante numa noite de inverno*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.



- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil, o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de (Org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: EdUNESP, 1988.
- \_\_\_\_\_. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna, séculos XVI-XVII*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Formas e sentido, cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado de Letras; ABL, 2003.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Os desafios da escrita*. São Paulo: EdUNESP, 2002.
- EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870 – 1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henry-Jean. *O aparecimento do livro*. São Paulo: EdUNESP, 1992.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colonial*. Rio de Janeiro: EdUERJ; José Olímpio, 1999.
- GONÇALVES, Alexandre Pinto. *O choro*. Rio de Janeiro: Funarte, 1978 [fac-símile].
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. O Motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro - 1880. In: *Revista Brasileira de História*, n. 20. São Paulo: ANPHU, 1991, p. 211-232.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: EdUSP, 2005.
- HOBBSAWM, Eric. *Ecos da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- KOVAL, Boris. *História do proletariado brasileiro- 1857 a 1967*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1968.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A leitura rarefeita: leitura e livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.
- LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003
- LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o Romantismo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001
- MEYER, Marlise. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- PAIVA, Vanilda. *História da educação popular no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2003.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2005.
- RIZZINI, Antonio Ferreira et al. *História da Tipografia no Brasil*. São Paulo: MASP, 1979.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, [s/d].
- \_\_\_\_\_. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.



**Abstract** – *This essay examines a few perspectives of urban life which, in the Rio de Janeiro between the 1850's and the 1880's, made it possible the emergence of a reading public. With differentiated reading practices and experience, that public gave unique contours to readership of printed writing, forging a notion and an identity of a nation.*

**Keywords:** *readers; literature; printing press; nation; circuits of culture; Rio de Janeiro.*

**Resumen** – *En este ensayo se reflexiona acerca de ciertos aspectos que, en Río de Janeiro, entre los decenios de 1850 a 1880, posibilitaron el surgimiento de un público lector que, con distintas prácticas de lectura y experiencias, dio contornos singulares a la circulación de la escrita impresa, generadora de una identidad y de una idea de nación.*

**Palabras-clave:** *lectores; literatura; prensa; nación; circulación de la cultura; Río de Janeiro.*

---

## Notas

<sup>1</sup> O *Correio Brasiliense* circulou de 1808 a 1822.

<sup>2</sup> “De fato, a identificação mística de uma nacionalidade com uma espécie de idéia platônica da língua, existindo atrás e acima de todas suas variantes e versões imperfeitas, é muito mais uma criação ideológica de intelectuais nacionalistas”. (Hobsbawm, 1990, p.74)

<sup>3</sup> Sobre isso ver: França, 1999.